



XIV ANPED-CO

XIV ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO CENTRO OESTE

3612 - Trabalho Completo - XIV ANPED-CO (2018)
GT 02 - História da Educação

HISTÓRIA E MEMÓRIAS: A ESCOLA MUNICIPAL DE PRIMEIRO GRAU ANTONIO JOÃO RIBEIRO,
DO DISTRITO DE INDÁPOLIS - MS (1973-1983)

Mariza Salete Backes Silva - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

Rômulo Pinheiro de Amorim - SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar o processo de instalação e funcionamento da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, do Distrito de Indápolis, (antigo distrito de Serraria) situada na Linha do Barreirão, no município de Dourados-MS, no período de 1973 a 1983. Orienta-se com base nos referenciais teóricos da história, história da educação e educação rural. Recorre-se, a um conjunto de documentos de diferentes naturezas e espécies provenientes da Escola, da Secretaria Municipal de Educação de Dourados e também, com entrevistas de antigos moradores do distrito e ex-professores da escola. A análise das fontes documentais revelou que, a Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro foi instalada no distrito de Indápolis, em 1973, num terreno doado pela família Kushida, que tinha o interesse que os filhos estudassem nas proximidades da localidade de sua propriedade rural, bem como para atender crianças de baixo poder socioeconômico, moradoras das imediações rurais. Concluiu-se então que, essa escola foi criada tanto por interesses e motivações de uma família de descendência japonesa, quanto pelas necessidades socioeconômicas das crianças deste distrito.

Palavras-chave: Distrito de Indápolis; Educação Rural; História das Instituições Escolares.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma abordagem acerca da história da educação rural no Sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul), com destaque para a Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro do distrito de Indápolis (antigo distrito de Serraria) situada na Linha do Barreirão, no município de Dourados-MS. Sendo assim, busca analisar o processo de instalação e funcionamento da escola, no período de 1973 a 1983.

O recorte temporal entre 1973 a 1983 é justificado por dois argumentos: o ano de 1973, marca a construção da escola no distrito de Indápolis, mediante ao convênio do Ministério de Educação e Cultura (MEC) 8ª Região Militar (RM), no ato representado pelo Ministro da Educação Jarbas Gonçalves Passarinho e o Comandante da 8ª RM General de Divisão Militar Tasso Villar de Aquino; e o ano de 1983 sinaliza o período de regularização da escola, com a solicitação de validação dos estudos dos alunos junto a Secretaria Municipal da Educação de Dourados (SEMED), sob o processo de número 01162/84.

Deste modo, Magalhães (2004) constitui-se em uma referência importante para a pesquisa sobre a história das instituições escolares, para ele:

Compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição [...] é integrá-la de forma interativa no quadro mais amplo do sistema educativo, nos contextos e nas circunstâncias históricas, implicando-o a na evolução de uma comunidade e de uma região, seu território, seus públicos e zona de influência. (MAGALHÃES, 2004, p. 133).

A compreensão da existência histórica de uma instituição escolar, para Magalhães (2004) não é só pela sua integração na comunidade educativa, mas também pela sua contextualização no quadro de evolução de uma comunidade ou região, e ao sistematizar o seu itinerário de vida na sua multidimensionalidade, confere, no seu entendimento, um sentido histórico e nesta perspectiva que se busca compreender o processo histórico desta escola.

A influência da Nova História Cultural na História da Educação fez com que a pesquisa nesta área percorresse novos caminhos, Carvalho (1998) aponta que:

[...] penetrar a caixa preta escolar, apenando-lhe os dispositivos de organização e o cotidiano de suas práticas; pôr em cena a perspectiva dos agentes educacionais; incorporar categorias de análise - como gênero - e recortar temas - como profissão docente, formação de professores, currículos e práticas de leitura e escrita, são alguns dos novos interesses que determinam tal reconfiguração (CARVALHO 1998, p.32).

Assim, pode-se salientar que novos objetos e temas, com novos problemas e procedimentos de análise se integraram à pesquisa em História da Educação, favorecendo outros caminhos para o seu estudo, como é o caso das investigações sobre a história das instituições escolares.

Pesquisas de temas ligados à educação rural estão sendo consolidados nos últimos anos, na história da educação brasileira. A esse respeito Maria Helena Câmara Bastos (2010, p.7), ao prefaciar o livro "Educação Rural: práticas civilizatórias e institucionalização da formação de professores", de organização de Flávia Obino Corrêa Werle, (2010), registra que os estudos sobre "[...] a educação rural e a formação de professores permite preencher uma lacuna da história da historiografia da história da educação na América Latina e, especialmente, no Brasil".

É importante mencionar que neste artigo, não foi proposto o uso da História Oral Pura, visto que não foi trabalhado com todos os seus procedimentos metodológicos. O artigo se fez com a História Oral na perspectiva da entrevista, sob a luz dos objetivos propostos, que foi o de analisar o processo de instalação e funcionamento da escola. Os depoimentos com os antigos moradores do distrito e ex-professora da escola foram gravados e obtidos por meio de entrevistas, para os quais se recorreu à técnica do gravador, que de acordo com Queiroz (1991, p. 56), "permite acompanhar com fidelidade os monólogos dos informantes, ou o diálogo entre o informante e o pesquisador" para guardá-los ou interpretá-los posteriormente.

Este artigo foi organizado em dois subtítulos. O primeiro aborda o distrito de Indápolis e a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND). O segundo aponta o processo de instalação e funcionamento da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro.

O DISTRITO DE INDÁPOLIS E A ESCOLA MUNICIPAL DE PRIMEIRO GRAU ANTONIO JOÃO RIBEIRO

Para compreender o processo de criação e institucionalização da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro localizada no distrito de Indapólis, faz-se necessário partir do pressuposto do local, onde ela foi construída e, neste sentido de que forma ela contribuiu para o desenvolvimento sócio educativo da região Sul de Mato Grosso. Apontando alguns dados sobre a história da cidade de Dourados, o distrito de Indapólis, bem como a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND).

O distrito de Indapólis está localizado no município de Dourados que foi fundado em 10 de maio de 1861, na Colônia Militar de Dourados, sob o comando do Tenente Antonio João Ribeiro (o seu nome é homenageado na escola pesquisada), quando aconteceu a invasão pelos paraguaios. Nestas circunstâncias, Irala (2014, p.2) destaca que "[...] ainda no final do século XIX vieram para o então Mato Grosso, algumas famílias originárias dos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo em busca de novas terras no oeste do país".

É oportuno esclarecer que, em 20 de dezembro de 1935, com áreas desmembradas do município de Ponta Porã, por meio do Decreto nº 30 do então Governador do Estado, Mário Corrêa da Costa foi criado o município de Dourados, situado aproximadamente a 220 km de Campo Grande e a 120 km da fronteira com o Paraguai (IRALA, 2014, p.2). O município de Dourados é constituído de oito distritos:

Indápolis, Itahum, Guassu, Panambi, Picadinha, Vila Formosa, Vila São Pedro e Vila Vargas, com uma população estimada em 230.000.

Conforme relato acima, o distrito de Indapólis pertence ao município de Dourados, no entanto, é importante lembrar que o referido distrito era denominado como distrito de Serraria, nomenclatura segundo o morador Anizio “[...]recebida por causa de uma serraria que cortava as madeiras para que os colonos construíssem as suas casas”. (Entrevista com o senhor Anizio da Silva, em 19/05/2018).

O antigo distrito de Serraria (atual distrito de Indápolis) faz parte de uma área marcada por colonização recente. Cumpre explicar aqui que, diante das possibilidades do governo de Getúlio Vargas em se estabelecerem no antigo Mato Grosso um farol de oportunidades para produtores de diferentes partes do país e inclusive estrangeiros, a CAND surgiu como uma oportunidade ímpar para aqueles que sonhavam em ter um pedaço de terra para cultivar e prosperar, Naglis (2008), perfaz que:

A história da Colônia Agrícola Nacional de Dourados começa em 1941 quando foram criadas as Colônias Agrícolas Nacionais. A CAND foi criada com o Decreto-Lei nº. 5.941 de 28 de outubro de 1943, instalada inicialmente em terras da União, mais precisamente no Território Federal de Ponta Porã, criado em 1943 e extinto em 1946. A CAND fazia parte das ações de intervenção da política de nacionalização das fronteiras, que, por sua vez, estava inserida em um projeto mais amplo do Estado Novo intitulado Marcha para Oeste, cuja finalidade era a expansão agrícola e a colonização. (NAGLIS, 2008, p.18-19).

Deste modo, a implantação da CAND é resultante da política de Vargas, a Marcha para o Oeste na década de 1940, que acabou por promover o povoamento desta região situada no Sul de Mato Grosso, com a vinda de migrantes nordestinos, sulistas e paulistas, bem como de imigrantes italianos, japoneses, paraguaios, bolivianos, entre outros, assim, Naglis (2008), assinala que:

A implantação da antiga Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), nas décadas de 1940 e 1950, constituiu um processo de grande envergadura histórica, firmemente articulado com a política nacional daquela época e responsável por decisivas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais na porção meridional do atual estado de Mato Grosso do Sul. (NAGLIS, 2008, p.13).

Percebe-se assim, o intuito da ação do governo federal em popularizar essa região do Sul de Mato Grosso, com a imigração e a migração diversificada com culturas diferentes o estado sofreria um crescimento geográfico, mas também abarcaria variações transculturais.

No caso de Mato Grosso, a densidade populacional era tão baixa no estado em geral que o imenso fluxo migratório para o sul alterou radicalmente a composição demográfica do estado inteiro [...]. Esse crescimento maciço, por sua vez, deveu-se principalmente a Dourados, área da colônia federal e principal centro de cultivo. Durante a década, sua população cresceu em torno de 611%, respondendo pelo crescimento municipal mais rápido do Estado (FOWERAKER, 1982, p. 71-72 apud NAGLIS, 2008, p.19).

Diante do exposto, é perceptível o impacto da criação da CAND pela ação política do governo em proporcionar a região um povoamento em massa por uma diversidade cultural muito grande. Então, muitos colonos em busca do sonho de terem um pedaço de terra para cultivar se deslocaram para esta região ocorrendo o desenvolvimento da produção agrícola “[...] O desenvolvimento da agricultura na Cand: o sonho tornou-se realidade”. (MENEZES, 2012, p.97).

As famílias cadastradas e organizadas pelo governo federal iniciaram os desmatamentos para a construção das casas e iniciarem o plantio em suas lavouras, para Menezes (2012) a partir da implementação da CAND, o processo da colonização e desenvolvimento da região Sul de Mato Grosso mudou muito, “[...] “A agricultura na CAND organizou-se também no quadro e nas condições oferecidas pela natureza, assim o ecossistema no qual se inseriu a Colônia era bastante propício para o desenvolvimento agrícola tão almejado pelos idealizadores do projeto” (MENEZES, 2012, p.99).

No processo de ocupação da Colônia, segundo Irala (2014), foi exigida certa iniciativa dos colonos, tendo em vista que era necessário um espírito desbravador por parte deles, já que tinham que entrar na área e iniciar as roças por meio da abertura de picadas, estradas e demarcações dos lotes, isentando o governo dos gastos para tal tarefa. A implantação da CAND, porém, não proporcionou, para o município de Dourados, apenas, a expansão demográfica decorrente do povoamento dos “espaços vazios” da

localidade, mas trouxe, também, transformações econômicas, políticas, culturais e sociais. “[...] Essas mudanças aceleraram o desenvolvimento urbano a partir de 1950. (IRALA, 2014, p.7).

HISTÓRIA E MEMÓRIAS DA ESCOLA MUNICIPAL DE PRIMEIRO GRAU ANTONIO JOÃO RIBEIRO

A história da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, no distrito de Indápolis iniciou com a doação do terreno (segundo consta no documento do Registro de Imóveis na folha 53, do livro 95, datado de 27 de outubro de 1972), pela família Kushida, mais precisamente, pelo senhor Yasuhiko Kushida que era lavrador e pela esposa Toshiko Kida Kushida do lar, ambos brasileiros, mas com descendência de imigrantes japoneses, que chegaram à região do distrito na década de 1955, conforme relato do senhor Kushida.

Com vistas aos dizeres de Magalhães (2004) que para investigar a história das instituições escolares, no processo de criação da Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro, que iniciou suas funções educacionais com a doação de um terreno pela família Kushida, faz-se necessário compreender sobre a imigração japonesa para Mato Grosso, mais precisamente, para o Sul de Mato Grosso e neste caso, para o distrito de Indápolis, para onde está família migrou, durante este processo de movimento migratório de japoneses para a CAND no ano de 1955, uma vez que essa localidade fazia parte dessa Colônia no período.

Em Mato Grosso, a chegada dos primeiros migrantes japoneses, esteve ligada a “construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que ligava Bauru (SP) às margens do rio Paraguai no Porto Esperança, próximo a Corumbá (MT) no ano de 1909”. (INAGAKI, 2008, p. 32). Com o término da construção da estrada de ferro, muitos trabalhadores permaneceram em terras mato-grossenses, algumas famílias japonesas, interessaram em permanecer residindo no estado de Mato Grosso, com o propósito de engajar em trabalhos como arrendatários “de início nas plantações de café, posteriormente, passar para o cultivo do arroz, pecuária, comércio e serviços”. (RACHI, 2003, p. 94).

No município de Dourados, onde se situa o distrito de Indápolis, localidade está, onde a escola foi criada no início da década de 1970. O primeiro migrante japonês chegou em 1946. Contudo, um maior movimento migratório de japoneses ocorreu para o município de Dourados, com a implantação da CAND, que foi uma das ações da política de colonização do Estado Novo brasileiro, chamada Marcha para Oeste, para o Sul de Mato Grosso. Essas famílias de imigrantes japoneses vieram diretamente para se estabelecer na CAND (MENEZES, 2012.p.99). De acordo com o senhor Kushida a família chegou à região de Dourados, em 1955 ainda no antigo Distrito de Serraria (atual Distrito de Indápolis), durante esse movimento migratório de japoneses para a CAND, uma vez que essa localidade fazia parte dessa Colônia neste período. (Entrevista com o senhor Yasuhiko Kushida em 27/07/2018).

A escola iniciou suas atividades escolares em uma construção feita em alvenaria, para atender uma clientela formada por crianças de baixo poder socioeconômico, que não tinham condições financeiras de frequentar outra instituição escolar devido à distância. A esse respeito, em entrevista a ex-aluna e antiga professora da escola, Maria Elena revelou que a maioria dos alunos que frequentavam a Escola Municipal de Primeiro Grau Antonio João Ribeiro eram filhos dos proprietários dos sítios das imediações e dos funcionários que moravam ali e trabalhavam nas lavouras de milho, algodão, café, amendoim. (Entrevista com a senhora Maria Elena Alves Marques Sotolani em 01/09/2017).

Assim, pode-se dizer que a clientela atendida pela escola Primeiro Grau era constituída por filhos de pequenos proprietários rurais e trabalhadores da lavoura. Na localidade, onde estava situada essa escola no distrito de Indápolis, as propriedades agregavam muitos funcionários e seus familiares, pois a mão de obra na lavoura na década de 1970 e início de 1980, ainda era bem artesanal, o cultivo como a colheita eram feitos por meio do trabalho braçal dos funcionários.

Segundo consta nas documentações da SEMED, devido ao difícil acesso de funcionamento desta instituição, geralmente o seu quadro de professoras era mantido por apenas duas professoras, uma que atuava no 1ª e 2ª séries e a outra na 3ª e 4ª séries. Uma habilitada em Magistério, a outra apenas cursando o Magistério. Essas professoras eram contratadas pela Prefeitura de Dourados, em regime de Consolidação da Leis Trabalhistas (CLT, segundo o Relatório da Secretaria Municipal de Dourados, 1979).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo sobre a criação e o funcionamento da Escola Municipal do Primeiro Grau Antonio João Ribeiro do distrito de Indápolis foi possível verificar que essa escola foi criada em 1973, a partir da doação de um terreno feito por uma família de descendência japonesa, o senhor Yasuhiko Kushida e sua esposa Toshiko Kida Kushida.

Deste modo, os resultados apontaram, que a escola foi criada para atender uma clientela formada por crianças de baixo poder socioeconômico, que não tinham condições de frequentar outra instituição escolar, mas também para atender as expectativas educacionais da família de japoneses do senhor Kushida com relação aos três filhos em idade inicial de estudos primários que estudassem nas proximidades da propriedade rural.

Sendo assim, espera-se que os resultados obtidos possam contribuir com as elucidações acerca das instituições escolares rurais na região do Sul de Mato Grosso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Maria Helena Câmara. "Prefácio: A educação rural e a formação dos professores". In: WERLE, Flávia Obino Corrêa. (Org.). **Educação Rural: práticas civilizatórias e institucionalização da formação de professores**. São Leopoldo: Oikos, 2010.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Por uma História Cultural dos Saberes Pedagógicos. In: CATANI, Denise Bárbara; SOUSA, Cynthia. (Org.). **Práticas Educativas, Culturas Escolares, Profissão Docente**. São Paulo: Escrituras, 1998, p. 31-40. Disponível em: <<http://PeriódicosUSP.org.br>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

FOWERAKER, Joe. **A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil**. Tradução de Maria Júlia Goldwassar. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

INAGAKI, Édna Mitsue. **Imigração Japonesa para o Brasil: Os japoneses em Dourados**. (Século XIX e XX). Ed. UEMS, 2008.

IRALA, Clóvis.; CAVALCANTE, Aline do Nascimento. ; FURTADO, Alessandra Cristina. **Fontes para o estudo da escola primária rural no sul do antigo Mato Grosso (1940-1970)**. In: XII Encontro de Pesquisa em Educação do Centro-Oeste ANPED, 2014, Goiânia. Pós-Graduação e Pesquisa em Educação: contradições e desafios para a transformação social, 2014. v. 1. p. 1-15. Disponível em: <<http://12ºencontro.anped.org.br>>. Acesso em: 01 jun. 2018.

KUSHIDA, Yasuhiko. Entrevista concedida a Mariza Salete Backes Silva. Dourados- MS, 2017.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista/SP: Universitária São Francisco, 2004.

MENEZES, Ana Paula. Atividades Econômicas na Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND): A Agricultura e a Exploração da Madeira (1950-1970). 2012. 138 f. **Dissertação** (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.

NAGLIS, Suzana Gonçalves Batista. Marquei aquele lugar com o suor do meu rosto: os colonos da Colônia Agrícola Nacional de Dourados - CAND (1943 - 1960). 2008. 130 f. **Dissertação** (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2008.

QUEIROZ, M. I. P. de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação Viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

RACHI, Kiyoshi. De São Paulo para Mato Grosso: a imigração japonesa na região de Dourados. In: JÉRRI, Roberto Marin; VASCONCELOS, Cláudio Alves de. (orgs.). **História Região e Identidade**. Campo Grande, MS: ed. UFMS, 2003. 436 p.

SOTOLANI, Maria Elena Alves Marques. Entrevista concedida a Mariza Salete Backes Silva. Dourados-MS, 2017.

SILVA, Anizio. Entrevista concedida a Mariza Saete Backes Silva. Dourados-MS, 2018.